

**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Décima Terceira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Quinze da Décima Segunda Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 7/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 168.0.073.0034/2024, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 7/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofícios nºs 36 e 37/2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Ofício nº 112/2024, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 0158888/33/004961/2023, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.863/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 241/2024, da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande; E-mail nº 8.289/2023, da Energisa de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Pedro Kemp, Lia Nogueira, Caravina, Gleice Jane, Roberto Hashioka, Junior Mochi, Zeca do PT, Lidio Lopes e Coronel David. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Marcio Fernandes, Jamilson Name, Neno Razuk, Renato Câmara, João Henrique, Paulo Corrêa e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA - Foi aprovada, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 2/2024, de autoria do deputado Renato Câmara. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 29/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 159/2023, de autoria da deputada Gleice Jane; Projeto de Lei nº 232/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 283/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projetos de Lei nºs 18 e 20/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 351/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçadas aos familiares de Antônio Sergio Facirolli e Olívia Gonçalves de Almeida; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Ademir Magestic; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada aos familiares do senhor Elder Vandes de Souza; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada ao major Francisco Rogeliano Ferreira Cavalcante,*

por ter assumido o cargo de comandante da 7ª Companhia Independente da Polícia Militar do Município de Bataguassu; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao desenhista José Augusto Santana, por elevar o nome de Nova Andradina e de Mato Grosso do Sul, no âmbito nacional, por meio da arte; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao cabo policial militar Lucas Ramos, com cópia ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel Renato dos Anjos Garnes, por ter salvado, na data de sua folga, uma jovem de vinte e oito anos em risco de afogamento, no município de Paranaíba; requerimento de informações, de autoria do deputado Junior Mochi; indicações, de autoria dos deputados Zeca do PT, Mara Caseiro, Junior Mochi, Renato Câmara, Jamilson Name, Caravina, Zé Teixeira, Pedrossian Neto, Lucas de Lima, Neno Razuk, Gerson Claro, Lia Nogueira, e Coronel David. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de março do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputadas! Senhor presidente, não há expediente a ser lido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS, bom dia! Trago hoje uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a colocação de placas educativas e redutores de velocidade no trecho da rodovia MS-276, entre a rotatória que dá acesso ao Balneário Municipal de Anaurilândia e o perímetro urbano do município. Este pedido foi formulado pelos vereadores de Anaurilândia. Acompanha o pedido um abaixo-assinado dos cidadãos que utilizam a referida ciclovia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu quero assinar esta indicação junto com Vossa Excelência.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Com certeza. A MS-276 tem muito movimento, principalmente de carretas que vão no sentido do Paraná. E o balneário é um local de turismo e de lazer da população de Anaurilândia e dos assentamentos vizinhos, e o fluxo de bicicletas por lá é muito alto. Eu passei por lá esta semana e pude constatar que o trânsito está muito perigoso. Por conta disso, encaminho apresento esta indicação e solicito o máximo de urgência... Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu quero dizer que eu e os colegas deputados Pedro Kemp e Pedrossian Neto marcamos para as 11 horas, após o final da Sessão, de irmos à Secretaria de Administração para conversarmos com o secretário e trazermos a proposta do estado aos aposentados e pensionistas. Hoje pela manhã eu dei uma entrevista para a TV Morena e deixei bem claro que há dois assuntos diferentes. Primeiro. O governo do estado vai encaminhar para esta Casa um projeto de lei acerca do equacionamento da dívida previdenciária. O Ministério da Previdência já aprovou tal equacionamento, o Plano Previdenciário para os próximos anos e que vai trazer inclusive um aporte do Patronal de 25% para 28%. Ou seja, o estado vai colocar mais recurso para poder equacionar essa dívida, que, hoje, é de 11 bilhões de reais. O governo vai reduzir a dívida com essa alteração, para cerca de 8 bilhões de reais, e até 2065, vai conseguir equilibrar os gastos com o pagamento de pensão e aposentadoria com a receita. Segundo. Esta Casa se sensibilizou com a presença frequente dos aposentados e pensionistas aqui, principalmente aqueles que recebem menor salário, e o governo do estado também se sensibilizou com a situação, e hoje deve apresentar uma proposta, a fim de minimizar o problema. Hoje, portanto, nós vamos ao Executivo para ouvir a proposta do secretário de Administração e trazer a esta Casa, para que possamos, então, fazer o debate. Eu tenho certeza de que todos nós queremos fazer algo que minimize o problema dos aposentados e pensionistas. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, agora, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a designação de professores para comporem o quadro de docentes da Escola Estadual Thomaz Barbosa Rangel, localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a manutenção da Escola Estadual Thomaz Barbosa Rangel. Justificativa: de acordo com as informações que chegaram ao nosso conhecimento, a escola está precisando de diversas manutenções; algumas salas de aula não possuem ventiladores nem aparelhos de ar-condicionado, o que dificulta a permanência dos alunos nas salas de aula, principalmente nas mais cheias, com cerca de 40 alunos, diante das altas temperaturas. Além disso, há bebedouros queimados, os alunos estão tomando água quente, neste calor de mais de 35º graus. Por isso, solicitamos que as devidas providências sejam tomadas o mais rápido possível. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando a colocação de faixa de pedestres na avenida Rachid Neder, entre a rua do Rosário e a rua 13 de Junho. Por último, uma moção de pesar. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à senhora Cristiane Vertelino Marques, em razão do falecimento do professor Alcery Marques Gabriel, ocorrido no dia 10 de março. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "Esta Casa de Leis presta homenagens ao professor Alcery, que fez

de sua vida um exemplo de vida e de luta, entrando para a história do povo Terena, seja como ex-cacique da Aldeia Lagoinha, seja no exercício do magistério como professor antropólogo. Este Parlamento expressa sua solidariedade com familiares, amigos e com todo o povo terena, neste momento de despedida e saudades." Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero apresentar um requerimento. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal e procurador-geral da República, senhor Paulo Gustavo Gonet, solicitando o que se segue. "Considerando Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, que evitou a persecução penal contra as empresas do município de Dourados que apoiaram atos que atentaram contra o Estado Democrático de Direito após as eleições presidenciais de 2022, venho requerer o seguinte: 'quais motivos levaram o Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul a oferecer denúncias referidas às empresas tão somente por incitação ao crime, e não por associação criminosa, tentativa de golpe de Estado ou tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito; uma vez que, em conluio, cederam área, veículos, equipamentos e outros, além de financiarem acampamentos formados por golpistas que realizaram o bloqueio de rodovias federais e estaduais para questionar a lisura do processo eleitoral brasileiro e defender a intervenção militar contra os Poderes Constitucionais'." Eu estou envergonhado, estarrecido, deputado Pedro Kemp. Por qual razão os pequenos, que foram arrebentar as instituições públicas, estão corretamente condenados, e os grandes (como o Clube de Tiro de Dourados, uma empresa de negócios e o CTG) não estão condenados ainda? Esses grandes terão apenas de fazer a compensação, doando dinheiro para instituições de caridade, um pagará 10 mil reais, outro 5 mil reais, e o outro, não sei quanto. Eu estou muito desconfiado desse acerto do Ministério Público Federal. Por isso, estou pedindo que a Procuradoria, o Ministério Público Federal e o Conselho analisem os atos bárbaros, criminosos, cometidos por essas três empresas contra a democracia brasileira.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte, deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa. Eu havia pensado em fazer alguma coisa nesse sentido também. Portanto, peço para assinar junto com Vossa Excelência esse requerimento. É um absurdo o que aconteceu neste país. Atos dessa natureza não podem contar com a conivência do Ministério Público Federal ou de quem quer que seja. Tem de haver punição. Sem anistia para esse povo.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Muito bem. Concordo com o senhor em gênero, número e grau. Aqueles que cometeram aquela barbárie após as eleições têm de ser punidos. Aliás, tudo está nas gravações do Mauro Cid, que era assessor do

Bolsonaro. Pois bem. Além desse, eu trago outro requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor presidente do TRE, desembargador Pascoal Carmelo Leandro, solicitando a seguinte informação: "O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul tem conhecimento ou autorizou a realização de mutirão para emissão de transferência ou regularização de títulos eleitorais para os indígenas das aldeias do município de Porto Murtinho, mutirão que supostamente vem sendo realizado por servidores da prefeitura daquele município?". Meu querido deputado Paulo Corrêa, deputado Pedro Kemp, deputada Gleice Jane, eu tenho uma gravação em que a secretária do prefeito Nelson Cintra orienta servidores a tirarem o título do pessoal das aldeias... Gravação feita dentro da prefeitura. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado requerimento deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, indagando se a Sejusp tem conhecimento ou autorizou a realização de mutirão para a emissão de novas Carteiras de Identidade para os indígenas das aldeias do município de Porto Murtinho, mutirão que vem sendo realizado por servidores da prefeitura daquele município. O meu querido parente deputado João Henrique me lembra do seguinte. Ainda bem, deputado Marcio Fernandes, que não foi dentro da piscina, porque senão o título sairia molhado. Obrigado. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero anunciar, orgulhoso, de peito estufado, que ontem o presidente Lula anunciou a construção de mais cem novos campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no país. Mato Grosso do Sul terá duas cidades contempladas: Amambai e Paranaíba. Independentemente de partido ou de ideologia. Esse é o comportamento do Lula. Deputado Coronel David, serão abertas mais 140 mil vagas para estudantes terem acesso ao ensino técnico. Investimentos de 3,9 bilhões de reais oriundos do PAC Educação. Obrigado, senhor presidente. Brasil no rumo certo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, e ao senhor Juninho Ribeiro, prefeito do município de Rochedo, solicitando a construção de um refeitório na Escola Municipal Polo do Saber. A proposta em questão visa atender à solicitação do vereador Pedro Luís, do município de Rochedo. Com o novo refeitório, a escola atenderá às necessidades básicas dos estudantes, proporcionando-lhes uma alimentação adequada. O refeitório se tornará um espaço central para o fortalecimento da comunidade escolar. Acreditamos que uma parceria entre o estado e o município seria fundamental na viabilização desse projeto. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental,

ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando o asfaltamento na rua Auxiliar, paralela à avenida Gunter Hans, em frente ao número 459. Eu gostaria de chamar atenção para a condição atual da rua Auxiliar, porque os moradores locais pagam impostos como se a via já estivesse asfaltada. No entanto, a situação atual não reflete o investimento. A falta do asfalto tem causado inconvenientes aos moradores, como poeira excessiva durante o período seco e lama em dias chuvosos. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira... Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputadas, deputados, todos que se fazem presentes nesta Sessão e público que nos acompanha pela TV Assembleia! Eu tenho algumas indicações a apresentar. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a implantação de Salas Lilases em vários municípios do estado. O objetivo é atender as vítimas de violência doméstica. Nós estamos no mês da mulher. Temos falado muito sobre a importância do combate a todo e qualquer tipo de violência. As Salas Lilases, portanto, são instrumentos importantes para o acolhimento das vítimas. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja, solicitando a recuperação asfáltica das rodovias MS-386, 156 e 295. A presente indicação foi formulada pelos vereadores de Amambai Jefferson, Cida, Paulo Sérgio, Gustavo Simões, Odil, Roberto Sangue Bom, Joanir, Tatu, Joanete Cordoba, Anilson Prego, Jota Roberto, Rosalinda e Lígia Borges. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a instalação de sistemas de controle de velocidade ao longo da MS-080, especialmente nos pontos próximos ao frigorífico Naturafrig, no município de Rochedo. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Osvaldo de Figueiredo Mariano, Fátima e Valfrido. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a aquisição de computadores para a Sala de Tecnologia Educacional da Escola Estadual José Serafim Ribeiro, no município de Jaraguari. A presente indicação atende ao pedido do diretor da escola, senhor Adilson José Franceschini. Eu estive na escola e observei que, de fato, a sala precisa ser equipada. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigada... Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, a gente tem visto, infelizmente, algumas violências políticas contra prefeitas. Inclusive esta semana houve um caso em Naviraí. Isso dói muito em nós que temos feito um trabalho aqui de combate à violência contra as mulheres. Quero chamar a atenção dos homens, porque parece que isso está embutido na cultura machista da nossa sociedade. Há muitos termos que nos agredem, que nos fazem sangrar, e para o homem muitas vezes não significam nada. Palavras muitas vezes machucam mais do que tapas. Então eu venho aqui dizer que todo e qualquer tipo de violência contra as nossas mulheres será sempre repudiado por esta deputada. "Ah, eu não pensei, falei sem pensar!"

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, ontem esse assunto foi abordado aqui e foi feita uma moção de repúdio nesse sentido. A Casa votará hoje. Acho que a senhora não estava aqui no momento.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Realmente, eu não estava; nós estávamos em um evento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A presidência solicitou a moção de repúdio; mas ficamos numa dúvida aqui. Não queríamos ficar só com a notícia, queríamos que todos ouvissem o áudio dos vereadores. Então, esta Casa está tomando cuidado, para não cometer equívoco. Mas esta Casa repudia a violência. Nós não compactuamos com esse tipo de coisa. As deputadas e vários deputados que se encontraram na sessão se manifestaram e repudiaram a ação.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Que bom que esta Casa tomou providências. É preciso que se tenha o mesmo respeito ao se dirigir às mulheres e aos homens. É nosso direito e nosso dever como cidadãos e cidadãs. Apenas isso, senhor presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas e senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão! Eu quero encaminhar uma indicação que chegou ao nosso gabinete. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel), senhor Carlos Manoel Baigorri, solicitando a instalação de uma torre de telefonia móvel no distrito de Cristalina, município de Caarapó. A presente proposição foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Reginaldo Tozzi, em face da ausência de infraestrutura de rede de comunicação adequada na localidade, o que representa um obstáculo significativo ao progresso, impedindo o acesso a informações relevantes, serviços de saúde, educação de qualidade, e empreendimentos. A exclusão digital vivenciada pelos moradores prejudica sua participação ativa na sociedade e no desenvolvimento econômico do país. A conectividade efetiva nessa região permitiria a implantação de programas educacionais, como ensino a distância, oferecendo aos jovens um ensino de qualidade e oportunidades de aprendizado ampliadas. Era o que tinha, senhor presidente... Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, recentemente, via celular, um amigo me mandou uma mensagem sobre outro tipo de agressão, deputada Mara Caseiro, deputado Coronel David. No caso, em Costa Rica, um médico cometeu o crime de discriminação racial contra um árbitro de futebol. E toda a comunidade que trabalha no combate à discriminação racial se manifestou. Eu quero deixar registrado que a sociedade está vivendo um momento de intolerância, em todas as áreas, deputada Mara Caseiro. Ontem, eu e o deputado Paulo Corrêa solicitamos que a moção de repúdio fosse feita em nome dos vinte e quatro deputados. A deputada Lia Nogueira chamou a atenção para esse assunto. Nós não podemos coadunar com qualquer tipo de discriminação, em nenhuma hipótese. Vejam o título da matéria: "Fórum das Entidades do Movimento Negro emitiu nota de repúdio contra o médico do Costa Rica." Time de futebol. Há uma lei de nossa autoria e subscrita pelo deputado Pedro Kemp impedindo atos dessa natureza nos estádios e praças esportivas, sob pena de paralisação do evento e de acionamento da autoridade policial. Nós temos que continuar combatendo de forma incisiva qualquer tipo de discriminação. A gente lamenta profundamente a atitude do médico Marcos André dos Santos, que, infelizmente, está aí hoje nas páginas, nas mídias sociais, como uma pessoa racista. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro! Bom dia, nobres pares! Bom dia, público que nos honra com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Eu quero apenas fazer algumas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada vicinal Ivan Roberto Carrato, no trecho que liga a BR-158 à usina Alcoolvale S/A, município de Aparecida do Taboado. A presente solicitação chegou ao nosso gabinete por meio de ofício do vereador Wagner Lopes Martiniano de Aquino, motivado por inúmeros pedidos de munícipes que utilizam a via supracitada. Justificativa anexa. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a execução de obras de manutenção e recuperação, com a Operação Tapa-Buracos, da MS-162, no trecho compreendido entre o município de Dois Irmãos do Buriti e o trevo que dá acesso à BR-262. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores que utilizam as rodovias. Justificativa anexa. Era o que tinha, senhor presente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente e nobres colegas presentes! Eu venho hoje apresentar um requerimento pautado no assunto que eu trouxe aqui ontem. Eu vou ler o texto. "Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando esforços em oferecer uma resposta social compatível com o agravo registrado, considerando a gravidade dos fatos ocorridos na Escola Municipal Professora Iracema de Souza Mendonça, situada no bairro Universitário, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, em que uma menina negra de quatro anos foi agredida por um adulto, pai de um colega, em circunstâncias que apontam para a possibilidade dos crimes de racismo, violência infantil, incitação de violência contra a mulher e desacato à servidora pública. Destacando ainda que há notícias de que o agressor, além de invadir a escola e cometer o ato de violência contra a criança, admitiu ter instruído seu filho a agir com violência contra a menina, caso ela se aproximasse dele, demonstrando uma conduta reprovável e possivelmente criminoso. Destacando, por fim, a necessidade de uma investigação aprofundada e imparcial para apurar os fatos, assegurando que todas as circunstâncias sejam esclarecidas e que a justiça seja feita, garantindo a proteção das crianças envolvidas e coibindo a repetição de atos de violência e discriminação nas escolas. Indica-se ao senhor secretário o seguinte: 'Que sejam envidados todos os esforços necessários para a apuração rigorosa e imediata dos fatos, inclusive com encaminhamentos para abordagem psicossocial de todos os envolvidos e assegurando uma investigação completa e detalhada sobre a agressão e as motivações do agressor e a possível incidência de crime de racismo, incitação à violência, desacato a servidor público e violência contra a criança. Que sejam adotadas medidas para alertar e instruir agentes públicos, especialmente aqueles envolvidos na segurança, sobre a importância de não emitirem declarações precipitadas acerca da inexistência de indícios, antes de uma investigação apropriada, visando garantir a seriedade e a integridade das investigações. Que seja considerado e investigado o possível histórico de intolerância publicado abertamente pelo agressor em redes sociais, com abordagem de enfrentamento efetivo a outros casos de postagens de ódio que coloquem em risco a existência de qualquer grupo de pessoas, em decorrência de características como raça, gênero, orientação sexual, religião, nacionalidade, idade, status social ou deficiência. Que se promova a ampliação do 'Curso de Repressão ao Crime de Racismo e Injúria Racial' já oferecido pelo Poder Executivo, reforçando o compromisso do estado com a proteção das pessoas e o combate ao racismo e à violência racial. Que sejam reforçadas as políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, assegurando-lhes um ambiente de ensino seguro, inclusivo e livre de discriminação para todos os estudantes. Ressaltam-se a urgência e a importância da adoção de tais medidas, a fim de garantir a segurança e o bem-estar das crianças em ambiente escolar, além de assegurar a justiça e a igualdade perante a lei, coibindo a violência e promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.'" Pois bem, ontem, após toda a repercussão na mídia, a gente soube que o poder público se manifestou dizendo que poderia não se tratar de racismo. Mas também vimos na mídia notícias sobre postagens anteriores do agressor, com temas fascistas, de apologia ao nazismo, com armas, e dizendo: "Morte à negrada". Então, tudo isso está nas mídias e tudo isso precisa ser investigado, para que a gente tenha uma apuração bem definida. Que os criminosos sejam punidos e que a gente encontre alternativas de proteção às crianças, às mulheres, enfim. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Maria Aparecida Bueno, vereadora do município de Itaquiraí; da senhora Márcia Felipos, vereadora do município Itaquiraí; do senhor Carlos de Lima Neto, vereador do município de Deodápolis; do senhor Paulo Moreno, vereador do município de Deodápolis; e do senhor Edmilson Prates de Souza, vereador do município de Deodápolis. Sejam bem-vindos à Casa da Democracia. Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de 29 minutos e 10 segundos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, o que me traz à tribuna nesta manhã é o assunto que está circulando e que acabou de ser abordado pela deputada Gleice Jane e pelo deputado Professor Rinaldo: os casos de racismo que estão acontecendo aqui em nosso estado. Nós não podemos deixar de nos manifestar e de cobrar da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Ministério Público providências e medidas que coíbam esse tipo de coisa deplorável que acontece, infelizmente, todos os dias em nosso país. Nós não podemos admitir que, nestes tempos, ainda haja pessoas que tentem inferiorizar as outras por conta da cor da sua pele. Não podemos admitir que haja qualquer comportamento que fira a dignidade da pessoa humana por conta da cor de sua pele. Dizia Martin Luther King, nos Estados Unidos: "Eu tenho um sonho de que um dia meus quatro filhos vivam em uma nação onde não sejam julgados pela cor de sua pele, mas pelo seu caráter." É importante que a gente resgate o sonho de Luther King, o sonho de Mandela e o sonho de tantas pessoas que deram a vida contra a discriminação racial, contra o apartheid, em todas as partes do mundo. Aqui em Campo Grande, o pai de um aluno da Escola Municipal Iracema de Souza Mendonça entrou na escola, empurrou uma menina negra que havia abraçado seu filho, apontou o dedo para ela, tirou o filho à força da escola, enfim. Isso só porque a menina havia recebido seu filho com carinho, com um abraço. Esse cidadão já fez postagens em suas redes sociais, em 2018, no período das eleições presidenciais, publicou um cartaz com a frase: "Morte à negrada." Outro cartaz com a suástica, símbolo do nazismo. Outro com a imagem de um revólver. Ou seja, a gente pode fazer uma avaliação do tipo de pessoa. Uma pessoa simpatizante do nazismo, portanto um nazifacista; uma pessoa que publica um cartaz com os dizeres 'morte à negrada' é uma pessoa criminoso. E ele ainda admitiu na sala da diretora, depois que ele praticou aquele ato, que orientou seu filho a bater na menina, se ela se aproximasse dele. Depois, na delegacia, ele tentou amenizar a situação, dizendo que o menino não gosta de ser abraçado, que ele não gosta desse tipo de carinho. Mas a verdade é que ele orientou seu filho a bater na menina, caso ela se aproximasse dele. Esse senhor precisa aprender que este país tem uma Constituição que garante as liberdades democráticas, que garante o direito de ir e vir, que garante o direito à integridade física e psicológica e que, portanto, ninguém pode agredir outra pessoa por conta da cor de sua pele. Discriminação racial é crime, e quem o pratica tem de ser punido na forma da lei. Eu quero fazer um link com a discussão que aconteceu nesta Casa semana passada, deputado Caravina, sobre um livro que foi distribuído a algumas escolas, "O avesso da pele". Bom, final de semana eu li o livro todo, porque eu havia lido apenas os trechos que circularam na imprensa. Algumas pessoas criticaram o livro,

disseram haver imoralidade e palavras de calão. Eu tive o cuidado de ler o livro todinho, sábado e domingo. Portanto, quero dizer que o livro é ótimo e trata do racismo estrutural na sociedade. Aliás, eu lhes recomendo a leitura do livro. Aparece um palavrão aqui outro ali, porque ele retrata situações do cotidiano. As pessoas dizem isso. O presidente Bolsonaro, em reunião com os ministros, dizia: "Vá, porra!". Não é? E era normal. Agora, a personagem de um livro dizer um palavrão, isso é um escândalo. E eu lamento que o governo do estado tenha mandado recolher os livros das escolas. Eu ouvi isso na imprensa. Depois o governador do Paraná mandou recolher os livros também. O governador do Rio Grande do Sul fez a mesma coisa. Todos bolsonaristas, não é? Acho que o governador de Goiás também mandou recolher os livros. É uma pena. Se eu pudesse, eu pediria os livros ao governador. Se não houvesse dinheiro público envolvido nisso, eu pediria os livros. Muita gente tem mandado mensagem para mim, dizendo que quer ler o livro, porque eu postei nas redes sociais que o li. Pois o livro é muito bom. Trata de racismo. Não tem nada de erotização. Não tem nada de sem vergonha. Se o livro, se o tema fosse levado a sério, talvez o pai sobre o qual estou falando não teria cometido o crime de racismo na escola. Eu li em PDF. Postei nas redes sociais que estava lendo o livro. E muitas pessoas me pediram o arquivo. Eu passei para algumas delas. Dá para ler no computador. Se o governador pudesse doar esses livros, eles seriam muito úteis na discussão sobre o racismo estrutural na sociedade. Bom, eu vou ouvir o deputado Caravina, que é delegado de polícia e que deve ter tido muita experiência nessa área. Agora, eu lamento ouvir pela imprensa que a delegacia não quer caracterizar o ato como racismo. Lamento que o próprio pai tenha admitido que orientou o filho a agredir a menina, se ela o abraçasse novamente. E lamento que ele tenha postado em suas redes sociais: "Morte à negrada". Nós não podemos aceitar essas coisas. Nós temos que lutar por uma sociedade igualitária, fraterna, onde haja relações de fraternidade entre brancos, negros, indígenas, amarelos... Todos nós somos seres humanos. Nós queremos isso, e acredito que o senhor queira a mesma coisa.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Nobre deputado, primeiro eu quero agradecer o aparte e dizer que concordo com a manifestação do senhor quanto ao racismo. Nós devemos, sim, combater de todas as formas a discriminação. Eu não sei o posicionamento do delegado de polícia; mas ele vai analisar o caso dentro da legalidade, no enquadramento jurídico, dentro do nosso Código Penal. E o senhor está certo. Nós temos que nos somar nesse ideal de combater qualquer discriminação. O senhor está coberto de razão. Agora, com relação ao livro, eu venho fazer este aparte porque fui um dos deputados que fez o encaminhamento solicitando que o governador retire os livros das escolas. Eu não li o livro. Então não posso falar do conteúdo. Até acredito que ele aborda essa questão importante, o racismo. Mas tenho que discordar de Vossa Excelência no que diz respeito a termos empregados no livro. Não é pela erotização, não é por um diálogo do casal, mas é pelo nível de palavras empregadas. E sem polarizar. Mas eu também não concordo com determinadas frases que o ex-presidente Bolsonaro dizia. Sem levar para o lado de Esquerda ou de Direita. Agora, a meu ver, há palavras inadequadas para os alunos do ensino médio. Aí eu ouvi alguns dizerem: "Ora, mas os alunos dizem palavrões!". Sim. No entanto, nós não podemos estimular isso. Eu li duas páginas, acho que a 29 e a 30, e vi os termos empregados pelo autor. E acho que esse livro não deve ficar disponível como livro didático, enviado às escolas pelo MEC. Isso foi um erro. Agora, nada impede que o livro seja vendido nas livrarias. Inclusive, se um pai quiser comprar o livro para seu filho ler em casa, é

problema dele. Mas colocar o livro na escola, como um livro indicado pelo MEC, acho que não é o caso. Continuo a defender meu posicionamento. Parabenizei o governador por ter determinado que os livros fossem retirados das escolas. Na verdade, os livros foram recolhidos para análise. Mas eu acredito que eles não retornaram para as escolas. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, embora discorde do seu posicionamento. Acho que os livros deveriam ficar disponíveis nas bibliotecas, para quem quiser lê-los. Quanto à cena de sexo que foi retratada, parece-me que na página 20, acho que deram uma importância exagerada para ela. E não se fala sobre o tema central do livro. O livro é muito bom, é excelente. No fim, inclusive, o leitor fica impactado com a história de um professor negro que é morto pela polícia e que durante sua vida toda foi considerado suspeito; várias vezes ele passou pela abordagem da polícia, teve que colocar as mãos na parede; o policial pegou a mochila dele e jogou tudo o que havia dentro no chão para revistá-lo. E no fim, quando o policial disse: "Abra a sua mochila! Coloque as mãos na parede!", ele, então, disse: "Eu cansei disso. Cansei de ser considerado um corpo suspeito por causa da cor da minha pele. Eu não vou mais me sujeitar a essas humilhações!". Então ele foi morto...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte, deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ele foi morto porque não obedeceu ao comando do policial, naquela vigésima, trigésima abordagem. Então, o livro é impactante, porque discute essa temática. Agora, por conta de cinco linhas... Eu não vou citar as palavras...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Por isso mesmo...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quer que eu cite as palavras, presidente?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Por gentileza, deputado Kemp!... Vossa Excelência me permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agora, eu ouvi um professor dizer o seguinte: "Se os pais dos alunos soubessem o que eles assistem na internet, não ficariam preocupados com certas frases empregadas no livro."

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte, deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo um aparte ao deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu sempre vou respeitar Vossa Excelência, como ser humano que sou. Nós temos que combater o racismo de tudo quanto é forma. Nós temos um projeto, que inclusive Vossa Excelência

subscreeveu, sobre racismo nos estádios e nas praças esportivas. Eu nunca vou discriminar ninguém, independentemente da cor da pele, independentemente de se tratar de nordestino ou de japonês, independentemente de opção sexual. Nós temos que respeitar as pessoas como seres humanos, para começar. E com relação ao livro, deputado Pedro Kemp, eu li o que Vossa Excelência postou em sua rede social. Está assim: "Deus me livre dessas pessoas." Eu fiquei triste, pelo carinho que tenho por Vossa Excelência. E eu fui à Secretaria de Educação. Nós já temos livros que versam sobre esse tema. Uma professora me ligou dizendo: "Mas não tem nada a ver, é só uma palavrinha!". Poderia não haver aquela palavrinha. Sabe aquela história "que uma frase fora de contexto torna-se um pretexto"? Pois é. Aí eu disse: poxa vida, eu vou deixar uma tarefa para você. Converse com dez vizinhos seus e pergunte o que eles acham disso. Mas não lhes diga sua opinião antes. Até agora ela ainda não me deu uma resposta. Então, deputado Kemp, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, nós estamos no décimo sétimo ano juntos aqui; Vossa Excelência me conhece e sabe que eu jamais serei radical. Eu não quero partidarizar. Mas eu recebi telefonemas de gente que não é de igreja nenhuma. No meu primeiro mandato aqui nesta Casa eu fiz um debate com o Paulo Duarte sobre um pastor que escreveu um livro e colocou o título "Deus amaldiçoa o homossexual". Aqui estava lotado de homossexuais. Eu me manifestei e ninguém me vaiou, porque quando se diz a verdade, com amor, respeitando as pessoas, é tranquilo. Só os ignorantes não deixam o outro falar. Então, deputado Kemp, com todo respeito, eu não quero questionar o autor do livro. "Ah, ele ganhou um prêmio!". Mas, para este público, o livro não é adequado. E vejam que não foi só o governo de Mato Grosso do Sul que recolheu o livro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Distrito Federal também recolheram os livros...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Estados bolsonaristas.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu não concordo também nem com Bolsonaro, nem com Esquerda, nem Direita, eu concordo que a gente tem que dialogar, tem que respeitar as pessoas. E nós temos que dar a todos a oportunidade de se manifestar. Então, eu quero dizer a Vossa Excelência, com todo respeito, que eu também acho que esse livro não deve estar disponível nas escolas. "Ah, mas a criançada diz isso e aquilo!". Diz mesmo. "E vê coisas piores que isso." É verdade. Agora, se uma pessoa usa cocaína, nós vamos fazer um livro aqui dizendo que a cocaína é importante? Aí nós vamos é potencializar algo que não vale a pena.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado, seu tempo já se encerrou, já tem dez minutos...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou reforçar o que escrevi: Deus meu livre dos moralistas. Se for assim, os governadores vão ter que recolher os livros do Jorge Amado das bibliotecas. Vocês já leram Jorge Amado? Já leram Gabriela Cravo e Canela? Já leram Capitães de areia, do Jorge Amado?... É que hoje a ignorância grassa por toda a sociedade.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — O senhor me permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu tenho certeza de que quem critica o livro, não o leu.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não leu. Não leu o livro. Mas precisa ler para poder criticar. O livro não é pornográfico! O livro não trata de pornografia! Quem está vendo isso tem de fazer terapia.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quem está vendo isso tem de fazer terapia. Pelo amor de Deus! O livro ganhou o Prêmio Jabuti de literatura... Ah, o que vocês estão dizendo aí? Precisa estudar literatura, presidente, precisa estudar. Apenas uma página retrata uma relação sexual, mas o livro tem cento e setenta páginas, nas quais trata de racismo. É esse tipo de moralismo, hipócrita, que faz com que um pai de aluno, nazifascista, entre numa escola... Não, vocês concordam com esse pai? Porque vocês estão: "Ah!". O pai do aluno é um fascista que entrou na escola, empurrou uma menina negra e disse para ela não se aproximar do filho dele.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Um aparte, deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Em que mundo nós estamos?...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Um aparte, deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Nada a ver o quê?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O livro trata de racismo!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vossa Excelência estava indo muito bem; mas agora descambou para a ideologia.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ah, com licença, porque eu não concedi aparte a ninguém aqui. Senhor presidente, coloque ordem na bagunça aqui.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?... Eu estou esperando aqui.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não concedi aparte a ninguém. Eu estou assustado com a reação dos senhores e das senhoras. Estou assustado. Leiam

o livro... Se eu estiver com o livro aqui, eu leio... Ah, deputado! Olha... Eu estou assustado, deputada Gleice Jane, com a reação aqui.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sabe o que é isso aqui? É o resultado de um fascista que ganhou as eleições no Brasil e tirou todos os fascistas do armário, inclusive vocês que estão batendo palmas aqui... Ah! Ah! Que bonito o estrago que o fascista Bolsonaro fez no Brasil. Está retratado aqui, está retratado aqui, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor leu o livro?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Não...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu só vou discutir com quem leu o livro.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu li só aquele trecho.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ah! Então não vale.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Mas, deputado...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado, deixe-me perguntar uma coisa para o senhor e para os evangélicos que estão aqui. Posso perguntar? Vocês leram o livro da Bíblia chamado Cântico dos Cânticos? É uma pornografia do começo ao fim. Leiam o Cântico dos Cânticos! Vocês vão ficar escandalizados.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Moralistas, leiam o Cântico dos Cânticos na igreja de vocês e o interpretem corretamente para o povo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Porque vocês vêm sexo e imoralidade em tudo. O Cântico dos Cânticos fala dos seios da mulher, da amada, fala de relação sexual, do desejo do homem pela mulher. Está na Bíblia, deputado. Esse moralismo é hipócrita. As pessoas acham que uma cena de relação sexual retratada num livro é o maior absurdo do mundo, mas não acham imoral uma criança morrer de fome na Faixa de Gaza, com uma panela na mão, disputando meio quilo de arroz para comer. Não acham isso imoral. Acham isso normal. Levantam a bandeira de Israel, sionista, fascista, e dizem que aquele país é cristão. É tanta burrice. É tanta burrice e ignorância, que defendem Israel como um país cristão, sendo que lá Jesus Cristo é uma *persona non grata*. Gente, o que está acontecendo no Brasil é perigoso!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É muita burrice, deputado. As pessoas não estudam.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Mas Vossa Excelência me permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — As pessoas dizem que o papa Francisco é comunista!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Mas o senhor dúvida?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Olhe aí!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Mas eu não disse que ele é; eu perguntei se o senhor dúvida.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quando o papa fala de pobre, de injustiça, de miséria, dizem que ele é comunista!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — O senhor me permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou ouvi-lo, mesmo sabendo que o senhor não leu o livro.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom, primeiro eu quero falar do papa. Eu respeito o papa. Mas um indivíduo com a sabedoria dele não pode pedir para a pessoa agredida levantar uma bandeira branca. A meu ver, quem tem de levantar a bandeira branca é o agressor, não o agredido. E tanto é que o Vaticano pediu desculpa. Vossa Excelência é um sábio, inteligente demais, é professor, entende de Teologia, de Parapsicologia, entende de muita coisa. Mas o que nós estamos discutindo aqui?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Astrologia.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Espere um pouquinho. Eu pergunto a Vossa Excelência, o que nós estamos discutindo aqui? Eu vi o discurso de um deputado na Assembleia Legislativa de Goiás... E a deputada do PT não respondeu, levantou e foi embora, quando o negão chamou a loirinha para fazer o que não deve. Então, é o seguinte: nós estamos discutindo aqui se o livro é adequado para crianças. Vossa Excelência falou do Casimiro de Abreu, da Bíblia Sagrada, e tudo está correto! Mas esse tipo de livro é para quem já tem opinião formada, não para quem está em processo de formação intelectual. Primeiro, a criança tem de passar pela vida, ouvir o pai, ouvir a mãe, saber como é o mundo, como serão as coisas quando ela crescer, enfim. Porque uma menina de sete anos sabe que um dia ela será mãe. No entanto, ela será mãe na hora certa. Vossa Excelência se recorda de uma cartilha que foi editada no tempo em que Vossa Excelência era secretário de Educação, no governo do Zeca do PT. Aquela cartilha foi editada, mas não foi distribuída, porque não era adequada para

crianças. As crianças têm de ir aprendendo aos poucos. Tudo tem o momento certo. Eu sou pai, avô e bisavô. Eu não aceito que as minhas crianças de dez, doze anos leiam aquele livro. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou dar um livro de presente para Vossa Excelência.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado Pedro Kemp, um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Antes de a deputada Gleice Jane falar, eu quero dizer que além de mim, há outras pessoas que acham que o livro é adequado para o ensino médio. O livro não é para criança de sete anos. Não é. É para alunos do ensino médio. O livro passou pela Comissão Nacional do Livro Didático. Especialistas o analisaram e o recomendaram. Não é o Pedro Kemp, que estuda Astrologia, Teologia, que o indicou, foi a Comissão Nacional do Livro Didático, foi o MEC. Deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, Pedro Kemp, eu ainda não terminei de ler o livro, mas quero colaborar com o debate. Eu comecei a ler o livro, e ainda não cheguei a esse momento tão terrível que todo o mundo comentou.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Página 20!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Então eu já passei por ela. Mas o senhor disse que há apenas uma cena de sexo relatada no livro... Eu não vi absolutamente nada diferente do que já ouvi diversas vezes nas salas do ensino fundamental. De fato, há palavras, mas a juventude usa esses termos. E há um detalhe, o livro não é para o ensino fundamental, é para o ensino médio. Então, o assunto é complexo, é polêmico, a gente poderia debater isso, inclusive a questão de gênero e tal. Mas o livro fala especificamente sobre o racismo e sobre uma escola libertadora. O personagem percebe que ele é vítima de racismo, que ele vive num contexto de racismo, a partir de um professor que diz para ele que ele vivencia esse processo de racismo. Na verdade, ele está contando a história do pai dele. A gente precisa tomar cuidado com duas coisas: Primeiro. Liberdade da literatura, da expressão e da arte. Quem nunca estudou Picasso? Quem é Picasso? Picasso está nas obras de arte estudadas em todas as escolas, e a gente nunca questionou isso. A gente não questionava essas mesmas coisas em anos anteriores. Na minha época de escola, a gente tinha literaturas que falavam sobre isso, e tudo era tratado de forma natural. Por que agora isso virou motivo de escândalo?... Por que a linguagem mudou? Não sei. Acho que precisamos refletir um pouco mais sobre o que nos leva à polêmica e não se o livro é ou não adequado para a educação. Segundo. O livro passou por uma comissão e foi aprovado. A Comissão Nacional do Livro Didático é formada por pessoas que entendem de literatura e sabem como é a escola. A comissão é formada por profissionais que trabalham diretamente com educação. E nós temos que ter cuidado para não interferirmos no processo educacional. Isso é muito sério, muito grave. Há alguns anos a gente vem interferindo no processo educacional, dizendo o que os professores devem ou não fazer, dizendo o que a escola deve ou não fazer, sem uma compreensão profissional do problema. E a gente tem gerado situações como essa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputada.

DEPUTADA CLEICE JANE (PT) — Vou concluir. Dizem que quem tem de dizer o que o filho deve ou não ouvir na escola são os pais. Mas está aí. Aqui em Campo Grande, recentemente, um pai invadiu uma escola e incitou a violência, não é? Então, a gente precisa de uma escola que combata esse tipo de violência, inclusive as violências que acontecem no interior da família. Acho que a gente precisa estudar mais, fazer um debate intelectual sobre a escola, com os profissionais que trabalham na escola. Até agora eu não vi nada que a gente já não tenha visto nas obras de arte estudadas nas escolas. Eu não vi nada de assustador nesse processo. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Já vou encerrar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Um tempinho para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou concluir, senhor presidente, dizendo que a imoralidade, o escândalo e a pouca vergonha estão na cabeça de muita gente, não é? E o livro passou por uma comissão de especialistas e deve estar à disposição de quem quiser lê-lo. Quem não quiser lê-lo, que não o leia. Eu vou encerrar com uma homework (uma lição para casa). Eu sugiro que quem não leu o livro, que o leia, para que possa fazer uma crítica fundamentada. E aos cristãos eu sugiro que leiam o livro Cântico dos Cânticos, para que vejam como Deus tem um olhar puro sobre a sexualidade humana. Aliás, foi Ele que nos fez sexuados. Era o que eu tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Aristeu Pereira Nantes, prefeito do município de Glória de Dourados; do senhor Caio Gracia Souza, vereador do município de Glória de Dourados; e do senhor Alex Cordeiro, vereador do município de Laguna Carapã. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário em exercício, deputado Renato Câmara, sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputados, o Item 1, o Projeto de Lei nº 232 foi publicado no Diário Oficial, e o que estava no caderno de vocês era outro. Nós arrumamos e vamos votar o que está no Diário Oficial. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 232/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Estabelece ações para o fortalecimento da saúde mental para o enfrentamento de violência psicológica entre mulheres, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e inclui, no Calendário Oficial de Eventos, a Semana de Conscientização sobre Violência e Psicológica." A

redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 232/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 283/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui a 'Semana Emprega + Mulheres' no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 283/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Projeto de Lei nº 014/2024. Autor: Poder Judiciário. "Dá denominação ao edifício do Fórum da Comarca de Naviraí." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Eu trago alguns assuntos importantes. Primeiro. Quero informar aos colegas e a Vossa Excelência que hoje de tarde, nós, o superintendente do Incra e o superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário participaremos de uma reunião com o governador do estado, a fim de tratarmos do "Abril Vermelho". Vamos tratar do movimento daqueles que lutam por justiça social e por terra. Mês que vem acontecerá esse movimento, os companheiros Pedro Kemp e Gleice Jane estão sabendo disso. Nós queremos que o governador entenda o movimento e suas reivindicações, para que possamos adotar medidas cautelares. Segunda coisa. Nós queremos tratar com o governador sobre os exageros que estão sendo cometidos pela Segurança Pública, pela Polícia Militar no desalojamento arbitrário dos acampados,

peças que mostram sua vontade de conquistar um pedaço de terra para viver com dignidade. Eu já falei pessoalmente com o governador. Eles estão acampados. Se a Segurança Pública começar a atazaná-los, eles vão começar a ocupar. Portanto, nós precisamos criar uma medida intermediária para respeitarmos o que eles querem: se fazer presentes para mostrar ao governo federal que eles querem terra e reforma agrária. Para, concluir, senhor presidente, quero dizer que o Incra do Brasil todo levantou, caro Pedro Kemp, cento e cinquenta áreas de devedores à União, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica; terras que foram levantadas com o narcotráfico, com trabalho escravo, o que não falta neste estado. E das cento e cinquenta áreas, cinquenta e duas são de Mato Grosso do Sul. Portanto, teremos terra para assentar os trabalhadores que lutam pela reforma agrária. Na minha ida a Brasília, eu conversei, numa reunião, com o presidente do Incra e garanti o recurso para a realização de vistoria nas referidas áreas e também para o cadastramento das famílias acampadas. Contamos com a solidariedade do governador Eduardo Riedel em nos atender, para que possamos trabalhar juntos na questão da luta pela reforma agrária. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, primeiramente eu quero falar com o Zeca, meu querido governador Zeca do PT. Eu fui deputado oito anos junto com ele. E eu só ajudei seu governo. Eu concordo com o que eles estão fazendo. Mas invasão em terra produtiva... tolerância zero! Invasão em terra produtiva... tolerância zero! Inclusive com indígena. Depois de discutir o projeto legal, dentro da Justiça, tudo bem. Mas as invasões estão tirando a credibilidade dos governantes, da Justiça, e causando um desânimo no setor produtivo. Terra de contrabandista, terra de grileiro, terra devoluta, tudo bem; mas terra produtiva... tolerância zero! Assim fez o governo de Mato Grosso.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, vamos encerrar a votação. Depois eu lhe concedo a palavra. Senão, nós vamos criar um debate aqui.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Tudo bem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação o projeto.

Projeto de Lei nº 14/24, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao segundo-secretário.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que nomina 'Rubens Bergonzi Bossay' o Fórum de Naviraí. Vai ao Expediente. Quero destacar que fazer uso da palavra pela ordem não é fazer debate. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim. Só para encerrar a discussão, o governo do presidente Lula tem manifestado reiteradas vezes que não quer guerra no campo, tanto é que mandou levantar essas terras. Concordo como deputado Zé Teixeira. São terras de devedores à União aos bancos oficiais, terra de trabalho escravo, terra de contrabandista, enfim. O governo mandou levantar isso tudo. São cento e cinquenta propriedades no Brasil, cinquenta e duas delas em MS, onde nós queremos assentar o pessoal, sem confusão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos em frente. Item 4. Projeto de Lei nº 365/2023. Autora: deputada Lia Nogueira. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos de Mato Grosso do Sul a 'Festa de Aniversário do Distrito de Vila Vargas', comemorado no dia 20 de dezembro de cada ano." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Para discutir, a autora.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente Gerson Claro! Bom dia, membros da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público que nos acompanha aqui e público que nos acompanha pelas redes sociais! Quero solicitar o voto favorável dos colegas e falar da importância, deputado Jamilson Name, dessa data, em razão daquela região de Dourados. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados é o primeiro modelo de reforma agrária do Brasil, vem da era Getúlio Vargas. Muitas famílias de migrantes e imigrantes ajudaram a colonizar aquela região e também ajudaram no desenvolvimento do então estado do Mato Grosso, hoje estado de Mato Grosso do Sul. Aquela região é altamente produtora, e até hoje as famílias possuem o título de posse que foi expedido pelo presidente Getúlio Vargas. Muito merecida a lembrança. Conto com os votos favoráveis dos colegas. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 365/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 019/2024. Autor. Poder Executivo. "Reabilita, no orçamento do estado, para o exercício de 2024,

nos termos que especifica, o Fundo dos Procuradores de Entidades Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul (Fupep/MS)." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. "Três requerimentos, quarenta e cinco indicações e três moções de congratulação." Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Em discussão única e votação simbólica. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa e transformada pela Casa, em razão do falecimento do senhor Luiz Lands Reynoso de Farias. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Celso Gonçalves Saltarelli. Proposta pelo deputado Gerson Claro, em razão do falecimento do senhor Jonas Correa da Costa. Proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Ademir Izidoro de Melo. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Valdovir Jota Menon. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Hélio Ferreira da Silva. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos a presença do senhor Jorge Soares Santana, vereador do município de Anaurilândia. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, quero comunicar à Mesa Diretora, de comum acordo com os membros da Comissão de Eficácia Legislativa e pertencentes ao Bloco - 2, que eu fui eleito presidente da comissão, com anuência dos pares da comissão. Apenas isto. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ótimo. A comissão já tem pareceres para emitir. Parabéns pelo trabalho da comissão. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrições, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Não há mais oradores inscritos. No período da tarde teremos uma reunião das comissões e à noite uma reunião extraordinária. Todos



os colegas deputados estão convocados. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h20min).